

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A LEITURA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES SOBRE A LEITURA INFANTIL

RESUMO - O presente trabalho tem por objetivo fazer uma investigação sobre a leitura infantil, refletindo sobre a importância das políticas públicas que visam o incentivo a leitura, bem como discutir sobre a importância da leitura para o processo educativo e mapear as principais pesquisas sobre leitura no Brasil, em especial a leitura infantil. Serão apresentados projetos de leitura, sob diferentes olhares, investigando a leitura como sendo um processo discursivo de apreensão de sentido e de significação, baseando-se principalmente nos diagnósticos de leitura revelados pela pesquisa Retratos do Brasil.

Palavras-chave: Leitura. Políticas Públicas de Leitura. Leitura no Brasil. Leitura Infantil.

PUBLIC POLICIES FOR READING IN BRAZIL: IMPLICATIONS ON CHILDREN READING

ABSTRACT - This paper aims to make a research on children's reading, reflecting on the importance of public policies aimed at encouraging reading and discussing the importance of reading to the educational process and map the main reading researches in Brazil especially the ones related to children's reading. Reading projects will be presented under different views, investigating the reading as a discursive process of apprehension of meaning and significance, based primarily on diagnostic reading revealed by the research Portraits of Brazil.

Key-words: Reading. Reading Public Policies. Reading in Brazil. Children Reading.

Marta Benjamim da Silva

Bacharel em Biblioteconomia pela
Universidade Federal do Ceará -
UFC/Campus Cariri.
Universidade Federal do Ceará -
UFC/Campus Cariri
marta_karine@yahoo.com.br

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Universidade Federal do Ceará -
UFC/Campus Cariri
Professora Assistente do Curso de
Biblioteconomia da Universidade Federal
do Ceará, Campus Cariri, Doutoranda em
Ciência da Informação, pela
Universidade de Brasília - UnB.
cleide@cariri.ufc.br

Carine Rodrigues Nogueira

Secretaria de Educação do Estado do
Ceará – SEDUC
professora de língua portuguesa da
Secretaria de Educação do Estado do
Ceará - SEDUC, graduada em Letras e
Especialista em Língua Portuguesa e Arte
Educação, pela Universidade Regional do
Cariri - URCA.
rodrigues.carine@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos em leitura, logo nos vem à mente a ideia de atividade mecânica, de decodificação dos signos. Entretanto, ler é bem mais que isso. Ler é atribuir um sentido ao texto, seja ele apresentado de forma verbal ou não, uma vez que a produção de sentido se constrói na interação entre o autor/texto e leitor, pois a leitura é uma forma de percepção, é a dimensão cognitiva sobre o fazer do outro. O ato de ler implica na ação de um sujeito sobre o texto lido, à medida que este constrói seu texto a partir do seu conhecimento e das suas vivências. Assim, toda leitura é uma relação intertextual, pois mesmo que o leitor apenas comente verbalmente sua compreensão do texto lido, estará construindo um discurso interpretativo por meio da linguagem.

Neste sentido, compreende-se que as políticas de incentivo a leitura paulatinamente vêm construindo programas e projetos voltados para o desenvolvimento das práticas leitoras no Brasil. Neste contexto, tais políticas enfatizam a necessidade de novas ações que auxiliem no reconhecimento de outras práticas de leitura significativas para os alunos, como a construção do sujeito leitor.

No ciclo da criação e recriação de conhecimento a leitura ocupa lugar de destaque, principalmente na vida escolar. Assim, para haver uma formação de leitor, deve-se iniciar considerando as condições sociais e escolares dos futuros leitores. O governo federal vem desenvolvendo ao longo das últimas décadas uma gama de projetos e programas com o intuito de desenvolver as práticas leitoras em crianças e adolescentes na escola. Entretanto, observamos uma lacuna quanto à implantação de políticas públicas de incentivo à leitura que apresentem resultados efetivos no público assistido.

A partir dessa problemática traçamos nosso olhar investigativo respaldado pela pergunta de pesquisa: as políticas públicas são relevantes e suficientes para minimizar fatores relacionados a problemas de leitura infantil no Brasil? Imbuídos de curiosidade investigativa, propomo-nos a pesquisar as políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil e, especificamente, mapear as principais pesquisas, traçando um paralelo entre ações e

projetos do governo e ações isoladas de terceiros, além de refletir sobre a importância da leitura para o processo educativo.

Nosso olhar se debruçará especialmente sobre as ações desenvolvidas a fim de minimizar questões relacionadas à leitura infantil. Ao nos referirmos que pretendemos olhar especialmente projetos e propostas para minimizar o problema da leitura, estamos entendendo que há um problema a ser resolvido. Esta afirmação se dá pela leitura especializada a partir de autores como Chartier, (1999), Silva (1991), Kleiman (1996), Abreu (2002), etc.

Esta reflexão é uma revisão de literatura bibliográfica a partir de uma pesquisa bibliográfica com método monográfico e análise qualitativa, a fim de permitir uma compreensão detalhada dos significados contidos nos resultados encontrados.

2. CONTEXTUALIZANDO E DISCUTINDO A PROBLEMÁTICA DA LEITURA

Falar de leitura implica falar das várias significações, que vão desde a decodificação dos signos, até o sentido mais abrangente de criação e recriação de sentidos, falar de leitura dentro e fora da escola. O leitor tem a possibilidade de retirar do texto sentidos ocultos, criando até mesmo significados impensados pelo autor; este apenas escreve e o leitor atribui vida ao texto (DARNTON, 1992).

Sabemos que leitura é a construção de uma concepção de compreensão do mundo. E que ler é posicionar-se criticamente no contexto social e político, o que significa exercer a cidadania. Ao longo dos anos as concepções de leitura foram se modificando. Para Husserl (1998) cabia ao leitor desvendar as verdades implícitas e explícitas no texto, descobrir o que queria dizer o autor. Notemos que essa concepção deixava o leitor em uma posição passiva de simples receptor do texto escrito. Já Heidegger (1997) compreendia o leitor como um agente construtor de sentidos, ou seja, participante ativo no processo de leitura. Essa concepção foi crucial para o pensamento de Bakhtin (1997) de que o leitor ao mesmo tempo em que constrói sentido é também construído pela leitura.

Dentro da concepção cognitiva sociológica, a leitura é um processo de compreensão abrangente e dinâmica e que envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, culturais e políticos. Nesta perspectiva, conforme nos lembra Jouve (2002) a leitura é um processo complexo que implica na construção de sentidos, por envolver processos de percepção, memória, inferência, dedução, processamento e análise. O que significa que o leitor participa ativamente do processo de leitura e a inferência se constitui em um relevante processo cognitivo (BERNARDINO, 2008).

Assim a leitura deve ser um instrumento de transformação para o homem onde ele, a partir da prática da leitura, passa a ter liberdade e autonomia, podendo ser capaz de construir sua própria realidade social. As experiências vividas pelo leitor quando o mesmo ainda não lia efetivamente a palavra, são recriadas, revividas, ressignificadas no momento da leitura da palavra. E de acordo com Freire (2006, p. 20):

[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. [...] este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.

A leitura dá oportunidade ao indivíduo para adentrar verdadeiramente no mundo, a vivenciar as situações e dar sentido a elas. Através do conhecimento da existência das palavras e interpretação das mesmas dando a sua significação, o ser humano passa a ampliar seus horizontes, o que até então era limitado. Segundo Romão e Pacífico (2006, p. 10): “Essa capacidade de tecer o novo é essencialmente do ser humano, do ser que está “vivo”, aquele que não para no tempo, aquele que questiona, transforma, produz coisas novas e dá significados novos aos textos, à vida”.

É certo que a leitura deve acontecer não somente na escola, pois sua melhor compreensão indica que o indivíduo possua uma significação mais ampla e um conhecimento prévio do que se ler, oferecendo a possibilidade de melhor compreender o sentido das palavras e evolução dos seus sentidos. E de acordo com Romão e Pacífico

(2006, p. 10): “Uma leitura dinâmica, entendida como interpretação e como interação do leitor com o mundo, possibilitando-lhe agir no mundo e não ser apenas um receptor de sentidos estereotipados”.

Compreende-se que um mesmo texto dá várias possibilidades de entendimento e interpretação, uma vez que cada leitor se posiciona de maneira diferente, colocando nessa leitura seus conhecimentos anteriores, e esses variam de pessoa para pessoa. Ainda conforme Romão e Pacífico (2006, p. 11), “o texto não é um quebra-cabeça, que só pode ser montado de uma única maneira, senão as peças não se encaixam”, ou seja, cada leitor dá um sentido próprio, dessa forma cooperando com o autor. Uma vez que a leitura não é apenas a decodificação dos signos, o leitor pode montar seu quebra-cabeça de diversas formas diferentes e várias vezes distintamente.

Essas possibilidades de leitura reforçam a relação entre autor, texto e leitor, que interagem a partir de uma construção do mundo, de uma imagem da realidade. Sobre isto, Colomer (2003, p. 98) afirma que,

[...] o significado do texto é uma construção negociada por autor e leitor, através da mediação do texto. A mensagem não se transmite do autor para o leitor, mas se constrói, como uma espécie de ponte ideológica, que se edifica no processo de sua interação. Os limites do significado acham-se nas relações entre as intenções do autor, o conhecimento do leitor e as propriedades do texto, durante o processo de interpretação.

Desta forma a questão do entendimento da leitura aborda não somente a decodificação dos signos, mais principalmente o entendimento que o leitor tem do que está lendo. A falta de interesse pela leitura e a inexistência do ato de ler por parte de alguns, conforme denunciado na última pesquisa Retratos da Leitura no Brasil¹ em sua terceira edição, que confirma uma oscilação negativa de 5% do índice de penetração da leitura em todas as regiões, tanto na escola como para além dela, sugere que esses alunos não têm estímulo para tanto.

Ler é atribuir sentidos, dar um significado ao significante. Desta forma, também se deve levar em conta o conhecimento prévio que o sujeito tem sobre o que está lendo,

¹ VER: www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/2834_10.pdf

como também a cultura onde o mesmo está inserido. Assim, “[...] a significação produzida pela leitura consiste numa tensão entre o significante e o significado próprios do signo, que estão em constante movimento durante o ato da leitura” (CORTINA, 2004, p. 166).

O papel da escola nesse processo é mediar esse encontro e contribuir para que este se dê de uma forma agradável e interativa. Ao denunciar que faltam leitores, a escola traz para si essa responsabilidade, uma vez que é seu papel fundamental ser lugar de conhecimento e não há outra forma de conhecer que não seja pela leitura.

Chartier (1999, p. 103-104) ao falar do discurso da escola quanto ao afastamento dos leitores, principalmente os mais jovens, diz que,

Aqueles que são considerados não leitores lêem, mas lêem coisa diferente daquilo que o cânone escolar define como uma leitura legítima. O problema não é tanto o de considerar como não-leituras estas leituras selvagens que se ligam a objetos escritos de fraca legitimidade cultural, mas é o de tentar apoiar-se sobre essas práticas incontroladas e disseminadas para conduzir esses leitores, pela escola mas também sem dúvida por múltiplas vias, a encontrar outras leituras. É preciso utilizar aquilo que a norma escolar rejeita como um suporte para dar acesso à leitura na sua plenitude, isto é, ao encontro de textos densos e mais capazes de transformar a visão do mundo, as maneiras de sentir e de pensar.

É importante entender que a leitura não pode ser algo imposto, obrigatório, mas uma ação que parte do próprio leitor, pela sua necessidade e assim, possa se processar como uma prática plena em sua essência. Matos (2010, p. 14) afirma que,

[...] o ambiente escolar é o lugar de construção da leitura e nas séries iniciais é o momento da inserção do aluno ao mundo letrado e conseqüentemente da leitura. Será através das práticas leitoras durante essa fase que o aluno poderá ser capaz de inserir-se na sociedade enquanto sujeito reflexivo, uma vez que a leitura proporciona questionamentos e aquisição de conhecimentos.

Entendemos que a leitura infantil é fundamental para o desenvolvimento da criança como futuro leitor e sabemos ainda que o processo de leitura se inicia na família e se aperfeiçoa na escola, e que conseqüentemente prevalece pela vida inteira.

2.1 A LEITURA NA ESCOLA

A leitura é fundamental para o desenvolvimento intelectual do ser humano. Podemos afirmar que uma leitura de qualidade representa a oportunidade de ampliar a consciência e a visão do mundo. Isto significa que políticas de incentivo, valorização da leitura e distribuição de livros devem ser implementadas, porém como um instrumento que permita aos educadores contribuir de forma específica e pontual para o desenvolvimento das práticas leitoras. Segundo Santos e Souza (2009, p. 113): “Esse movimento reflexivo pode ser compartilhado com o grupo de educadores da escola, no sentido de integrar os trabalhos e dinamizar o uso da biblioteca escolar, promovendo articulação pedagógica”.

Jouve (2002) afirma que a leitura é um processo complexo o qual implica na produção de sentidos, nosso entendimento é que esse é um processo que se produz e reproduz na escola e deve encontrar apoio na biblioteca escolar. Kleiman (1996) fala que o objetivo do ensino da leitura na escola é proporcionar uma atitude de expectativa prévia com relação ao texto. Com esta afirmação temos a escola no centro da questão, pois a escola é a responsável por este processo de formação de leitores. E isto somente se efetiva com políticas públicas para além da escola é verdade, entretanto, também dentro da escola.

Como a escola é um espaço, a leitura deveria fluir naturalmente. Seria natural que a partir da escola os alunos adquirissem interesse pela leitura. No entanto, observa-se que isto não acontece devido às restrições impostas pelo sistema educacional. Para compreendermos Soares (2001, p. 53) aponta que,

a escola seleciona seus objetivos segundo os padrões culturais e lingüísticos das classes dominantes, valoriza esses padrões, enquanto desqualifica, ou claramente (teoria da deficiência) ou dissimuladamente (teoria das diferenças) os padrões das classes dominadas, e assim, colabora para a manutenção e perpetuação das desigualdades sociais.

Reconhecemos campanhas como, por exemplo, a “literatura em minha casa”, porém quase sempre são momentos dissociados da sala de aula. As políticas de incentivo

à leitura devem priorizar o espaço da escola, por ser o espaço legitimado de produção das práticas leitoras. A implementação dessas políticas deve levar em conta a melhoria do ensino e do nível de leitura de cada aluno.

Soares (2001, p. 84-85) nos aponta o que, em geral, vem acontecendo nas escolas brasileiras:

[...] o sistema escolar estratifica e codifica o conhecimento, selecionando e dividindo em “partes” o que deve ser aprendido, planejado em quantos períodos (bimestres, semestres, séries, graus) e em que sequência deve se dar esse aprendizado, e avaliando, periodicamente, em momentos pré-determinados, se cada parte foi suficientemente aprendida. Desse modo, as escolas fragmentam e reduzem o múltiplo significado do letramento: “algumas” habilidades e práticas de leitura e escrita são selecionadas e, então, organizadas em grupos, ordenadas e avaliadas periodicamente, através de um processo de testes e provas tanto padronizadas quanto informais. O conceito de letramento torna-se, assim, fundamentalmente determinado pelas habilidades e práticas adquiridas através de uma escolarização burocraticamente organizada e traduzidas nos itens de testes e provas de leitura e de escrita.

Para o aluno que está adentrando no mundo da leitura, essa é uma visão que distancia o leitor da leitura, assim o mesmo não encontra razão para continuar lendo, encarando-a como obrigação e está longe de ser algo que lhe interessa. Silva (1991, p. 49) também aponta para essa perspectiva,

[...] as práticas de leitura escolar não nascem do acaso e nem do autoritarismo ao nível da tarefa, mas sim de uma programação envolvente e devidamente planejada, que incorpore, no seu trajeto de execução, as necessidades, as inquietações e os desejos dos alunos – leitores. Simplesmente “mandar o aluno ler” é bem diferente do que envolvê-lo significativamente e democraticamente nas situações de leitura.

Fica ainda mais complexo quando o próprio educador não está capacitado para dar suporte ao aluno, quando ele próprio não é leitor. É indispensável que este educador seja não somente conhecedor da língua e das regras gramaticais, mais esteja amplamente preparado para lidar com as emoções advindas da leitura e compreenda que o aluno é o sujeito da sua aprendizagem. Trazendo o mundo da escrita para dentro da sala de aula, aproveitando o conhecimento prévio de cada criança.

Para Yunes (1994) há alguns fatores determinantes para o afastamento dos alunos, futuros leitores do livro e da leitura, são eles: a) *a iniciação equivocada do leitor* – neste ponto a escola é a responsável pelo equívoco, ao obrigar leituras que não condizem com a realidade do futuro leitor, ou mesmo que ainda não estejam dentro de suas possibilidades, por se tratar de um leitor iniciante; b) *a posição do livro na escala de valores da tradição cultural* – essa questão passa desde o valor do livro no que diz respeito à produção editorial e distribuição, até o seu valor como bem de consumo, ou seja, seu valor monetário e social; c) *a falta de acesso ao material impresso* – diz respeito diretamente à política editorial e o encarecimento do material impresso; d) *a situação do livro e da leitura no sistema educativo* – pela sua posição perante os valores e por sua condição na escola, fatores referentes ao próprio descaso do sistema educacional para a problemática; e e) *a falsa ideia de que o lugar da leitura seja apenas a escola* – ela é apenas um dos lugares de acesso à leitura, mas a família e a biblioteca também funcionam como ambientes legítimos de processamento das práticas leitoras.

Para minimizar essa problemática da leitura na escola, além de políticas públicas de incentivo à leitura junto aos alunos, seriam necessárias também ações efetivas de capacitação regular dos professores e bibliotecários escolares para lidar com as nuances da leitura no dia-a-dia da escola. E ainda investir nos espaços de leitura, na biblioteca, no acervo e na inovação de metodologias que facilitem a inserção das práticas leitoras e do acesso ao livro.

2.1.1 A Biblioteca Escolar no Processo de Desenvolvimento das Práticas Leitoras

A escola como ambiente onde se começa todo processo de aprendizagem deve trabalhar em conjunto com todos os seus integrantes para que os objetivos da educação sejam atingidos, ou seja, seus alunos obtenham a formação necessária para desenvolver as suas potencialidades. Assim é imprescindível que a escola possua diversos meios para que esses objetivos se efetivem. Um desses meios é a biblioteca, que de acordo com Amato e Garcia (1998, p. 11) é um,

[...] recurso indispensável para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e formação do educando. Pode-se afirmar que uma escola sem biblioteca é uma instituição incompleta, e uma biblioteca não orientada para um trabalho escolar dinâmico torna-se um instrumento estático e improdutivo dentro desse contexto.

Nessa perspectiva, a educação deve priorizar antes de tudo o aprendizado dos alunos, a conscientização dos mesmos, permitindo que se tornem capazes de criar seus próprios conceitos e tomar suas decisões. É certo que a biblioteca escolar pode fazer a diferença na educação das crianças, uma vez que esta é um dos primeiros ambientes em que a criança ingressa no mundo da leitura. Assim, é imprescindível que haja por parte da biblioteca escolar empenho na busca e aplicação de métodos eficientes para a formação desses leitores.

A biblioteca escolar, mais do que um estoque de conhecimentos, pode constituir em um espaço adequado para desenvolver nos alunos o melhor entendimento do complexo ambiente informacional da sociedade contemporânea (CAMPELLO, 2002, p. 7).

A responsabilidade da escola no que diz respeito às práticas leitoras é evidente, assim como também, a responsabilidade do Estado em oferecer subsídios que facilitem essa atividade. Silva (1988, p. 64) conclui que a observação crítica, realizada pela escola, dos eventos que ocorrem em sociedade “é de fundamental importância ao trabalho de delineamento de objetivos para as práticas de leitura – práticas estas que, no seu conjunto, têm em mira a educação de um tipo específico de leitor”.

A escola deve dar importância às circunstâncias externas pelas quais passam os alunos, circunstâncias essas que influenciam diretamente no ato e nas habilidades de leitura e escrita, no entanto, nem sempre isto acontece, conforme denuncia Rangel (2005, p. 107):

[...] a escola tende a ignorar as determinações externas em que vive o alunado, atribuindo a carência ao meio social e familiar, sem atentar para a contribuição da instituição para que o aluno chegue a “séries ou ciclos mais elevados, sem conseguir ter concluído o desenvolvimento das capacidades de ler e escrever”.

É importante que esse modelo de educação se transforme, passando a valorizar as crianças e dar-lhes a oportunidade de se tornar leitores e cidadãos conscientes. Que haja o engajamento dos profissionais que trabalham com a educação e que bibliotecários e educadores passem a caminhar lado a lado, trabalhando em conjunto. É imprescindível que a biblioteca mostre sua cara, pois ela pode fazer a diferença como afirma Nery (1998, p. 55):

O que é fundamental é que a biblioteca esteja em todos os locais da escola: são varais de poesias de alunos, são relações de obras e autores afixados nos murais, são propagandas de livros feitas pelos próprios leitores, são atividades culturais promovidas pela biblioteca, são caixas de livros para determinadas séries (em especial as iniciais) que ficam com o professor para assim contribuir efetivamente com a rotina diária de trabalho; são cantos de leituras dos contos de fadas nos intervalos das aulas; são poesias espalhadas pela escola [...].

É necessário que a biblioteca escolar esteja presente na vida do aluno desde o início, fazendo da leitura prática cotidiana, estimulando o interesse pela leitura, pela descoberta do novo e pelo conhecimento mediado pela leitura.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL

Em pesquisa sobre as práticas de leitura nas escolas Bernardino (2008, p. 60) denuncia “a ausência de políticas dentro da escola que favoreçam o ensino da leitura e incentivem o trabalho pedagógico”. Ressaltamos ainda, que investigações como essas tem um papel fundamental para o processo de formação de leitores, uma vez que levanta questões e observa as principais causas que impedem o incentivo às práticas leitoras.

Entender o processo educacional levando em consideração o processo de busca e produção do conhecimento tem sido uma constante do ponto de vista de estudiosos. Comenta-se que o povo brasileiro não é leitor, talvez não considerando o processo educacional desde o início, não observando que a carência vem de muito tempo, sendo fundamental perceber também as condições pelas quais o ato da leitura é conduzido tanto na escola como no meio familiar.

Assim, tem-se a necessidade de observar a existência de políticas públicas para desenvolver e propiciar práticas de leitura infantil nas escolas, refletindo sobre a importância dessas políticas que visam o incentivo à leitura, bem como discutir sobre o papel da leitura para o processo educativo. Uma vez que a educação de qualidade contribui para a transformação e melhoria social.

É importante ressaltar que desde o início do século XXI, o Brasil caminha sob a perspectiva de um poder político cuja base é o Estado Democrático. Ressaltamos ainda que o Estado que se construiu conta cada vez mais com a participação efetiva da sociedade civil, por intermédio de Conselhos, Câmaras Setoriais e parcerias com Organizações Sociais, que influem de maneira diferenciada e estão historicamente marcados por um Estado soberano na formulação das políticas públicas².

Entretanto, no que diz respeito às políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil, as ações ainda se instituem de maneira tímida e isolada, sem envolver efetivamente a escola e o leitor. Neste sentido, não é possível pensar políticas públicas para a leitura no Brasil sem relacioná-las ao persistente atraso do sistema educacional nacional.

De certo modo, consideramos que, do ponto de vista do Estado, as ações públicas deveriam ser pautadas em uma perspectiva sobre o que deve ser o livro de leitura, o livro infantil e sobre quais assuntos deveria tratar este tipo de literatura. Em princípio, é possível encontrar no discurso oficial no Brasil o relacionamento, socialmente construído, entre educação, escrita e leitura à racionalização, civilização e à modernidade, reconhecendo o poder do livro para a discussão da identidade nacional.

As formulações políticas para a leitura e o livro são caracterizadas não pela continuidade, mas pela oscilação determinada pelos dirigentes em cada momento, não sendo possível identificar uma política para a leitura que fosse além da gestão que a implementou – o que dificulta mesmo a caracterização de uma correspondência entre uma política de Estado e uma política de governo –, ainda assim a constituição do campo de produção literária no Brasil pode ser creditada, ao menos parcialmente, à constituição de um público leitor através da ação do Estado. Neste sentido, quando tratamos de

² VER: <http://www.pluricom.com.br/forum/politicas-publicas-para-o-livro-e-a-leitura>

educação e leitura no Brasil, devemos destacar que escola e alfabetização são partes integrantes dos intentos de construção da modernidade do país, e para realizá-lo, a habilidade leitora, capaz de capacitar o indivíduo a exercer sua cidadania, é essencial.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa investigação trata-se de uma revisão de literatura e como tal, dá-se a partir de uma pesquisa bibliográfica que “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos” (CERVO 2007, et al, p. 55). A pesquisa bibliográfica foi delineada pela escolha e identificação das fontes e sua localização e posterior leitura que obedeceu aos seguintes critérios:

a) *leitura exploratória*: com o objetivo de verificar em que medida a obra interessa à pesquisa. Para Gil (2009, p. 77) a leitura exploratória,

é feita mediante o exame da folha de rosto, dos índices da bibliografia e das notas de rodapé. Também faz parte deste tipo de leitura o estudo da introdução, do prefácio (quando houver), das conclusões e mesmo das orelhas dos livros.

b) *leitura seletiva*: para determinar o que de fato interessa. Gil (2009, p. 78) diz que essa é uma fase mais profunda que a anterior, entretanto, não é definitiva, podendo voltar ao mesmo material com propósitos diferentes.

c) *leitura analítica*: para ordenar e resumir as informações obtidas. Gil (2009, p. 78) aponta que,

a leitura analítica é de natureza crítica, porém deve ser desenvolvida com bastante objetividade. É importante que se penetre no texto com profundidade suficiente para identificar as intenções do autor; porém, qualquer tentativa de julgá-las em função das ideias do pesquisador deve ser evitada.

d) *leitura interpretativa*: relaciona as afirmações dos autores estudados em observância aos propósitos da pesquisa. Gil (2009, p. 79) estabelece que esta é a última etapa e a mais complexa.

Na leitura interpretativa, procura-se conferir significado mais amplo aos resultados obtidos com a leitura analítica. Enquanto nesta última, por mais bem elaborada que seja, o pesquisador fixa-se nos dados, na leitura interpretativa, vai além deles, mediante sua ligação com outros conhecimentos já obtidos.

O método abordado foi o monográfico, que,

[...] consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações. A investigação deve examinar o tema escolhido, observando todos os fatores que o influenciaram e analisando-o em todos os seus aspectos. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 90).

Entendendo que a ciência se faz pelos resultados de tentativas investigativas, a discussão dos dados obtidos por ser enquadrada como pesquisa social, deu-se a partir de uma análise qualitativa, que “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas [...]” (RICHARDSON, 2009, p. 90).

5 INCENTIVO A LEITURA NO BRASIL: RESULTADOS PRELIMINARES

As ações governamentais de incentivo à leitura são muitas, todas com intuito de alcançar a mesma meta, criar práticas que tragam oportunidades para o desenvolvimento crítico e social no âmbito do sistema educacional no Brasil.

Um exemplo disso é a Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, que em seu Art. 1º institui a Política Nacional do Livro³.

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida; V - promover e incentivar o hábito da leitura; IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda; X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro.

³ VER: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm

Queríamos ressaltar ainda a importância do Congresso de Leitura do Brasil (COLE)⁴, que há 18 edições vem apresentando as principais pesquisas sobre leitura em todo o país e da Associação de Leitura do Brasil (ALB)⁵, ambos idealizados pelo Professor Ezequiel Theodoro da Silva.

Nesta perspectiva, o COLE se constitui como um espaço agregador de pesquisadores da área da educação, da leitura e do livro, de representantes de diferentes instâncias de organização social, como Universidades, Secretarias de Educação, órgãos da administração federal, escolas de ensino básico, organizações não governamentais etc, e de diversos profissionais envolvidos com a leitura, como professores de todos os níveis, psicólogos, bibliotecários, linguistas, historiadores, graduandos e pós-graduandos, de âmbito nacional e internacional.

Salientando ainda que os textos que são apresentados nos Anais⁶ são indicadores do debate interdisciplinar necessário que perpassa e constituem o que é característico da leitura e da educação, em suas diferentes formas teórico-metodológicas, das mais variadas pesquisas sobre leitura no Brasil.

São ainda, indicadores de que o COLE, sem ignorar o rigor e a densidade de reflexão no campo de produção da leitura e da educação, tem tido como tradição acolher igualmente trabalhos que articulem: teoria e prática; pesquisas acadêmicas, ações e práticas pedagógicas; trabalhos de pesquisa em andamento ou concluídos de graduandos, mestrandos e doutorandos de diferentes gêneros como: monografias, pesquisas de iniciação científica, dissertações de mestrado, teses de doutorado, pesquisas e programas de pesquisadores individuais ou de grupos⁷. Assim, para a comunidade acadêmica que se preocupa e pesquisa a leitura no País, o COLE tem se caracterizado como um espaço aglutinador e de divulgação do debate sobre leitura, educação e cultura escrita, mas também de ampliação quantitativa e qualitativa da participação de um público que contribui na produção e socialização de pesquisas em educação diretamente articuladas à ação pedagógica e à formação dos sujeitos nela envolvidos.

⁴ VER: www.18cole.com.br/

⁵ VER: <http://alb.com.br/>

⁶ VER: <http://alb.com.br/publicacoes/anais-cole>

⁷ VER: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/apresentacao.htm

Sob este prisma, os dados aqui apresentados serão listados divididos em: principais instituições envolvidas com a leitura no Brasil, programas de incentivo à leitura do Governo Federal, campanhas de incentivo à leitura do Governo Federal e projetos de incentivo a leitura do Governo Federal.

5.1 PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS COM A LEITURA NO PAÍS

No quadro 1 destacamos que as ações voltadas para o incentivo à leitura no Brasil vêm de várias instituições ligadas ou não ao governo, com o principal objetivo de promover a leitura, a produção editorial do livro e as discussões sobre leitura.

Quadro 1 – Instituições e Ações Voltadas Para o Incentivo à Leitura No Brasil

NOME	ANO	OBJETIVO	ALVO	ÓRGÃO PROMOTOR
FNLIJ - Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil	1968 aos dias atuais	Promover a leitura literária e divulgar o livro de literatura infantil e juvenil de qualidade. Investir na formação de professores e bibliotecários; realizar oficinas, cursos, seminários; prestar assessorias junto à entidades públicas e privadas.	Crianças, jovens, professores, Bibliotecários e interessados na área da leitura.	Iniciativa Privada - filiada a IBBY (órgão consultivo da UNESCO)
Proclamação do Ano Internacional do Livro	1972	Promover a leitura	Todos os povos	UNESCO / EMO
Associação Internacional de Leitura	1979 aos dias atuais	Promover a leitura	Interessados na área da leitura.	IRA; CBS
Associação de Leitura no Brasil (ALB)	1981 aos dias atuais	Ser um espaço privilegiado de análise e crítica das condições de leitura no país e lugar de luta pela efetiva garantia do exercício da cidadania pela maioria excluída.	Pesquisadores, professores de todos os níveis, estudantes universitários, bibliotecários, jornalistas, editores, livreiros, historiadores etc.	IEL / FNLIJ - IBBY - EMO - ALB - CBS - IRA - IEL - COLE - CBL - PNLD - INL - COLTED - MEC - PROLER - ; FNLIJ - PNBE - SEDF - SEF - FNDE - FBN - OEI - UNIDME - MinC - Instituto Pró-Livro; UNESCO
Congresso de Leitura do Brasil (COLE - de 2 em 2 anos)	1980 aos dias atuais	Promover um espaço privilegiado de análise crítica das condições de leitura e da escrita e possibilitar o usufruto da produção cultural e intelectual existente e produzida no país. Criar condições para realização crítica de propostas de superação das exíguas condições de leitura e escrita em nosso país no âmbito das ações micropolíticas e micropolíticas.	Profissionais da área de educação - diversos níveis de ensino da área pública e privada e interessados na área.	ALB/FE - /UNICAMP

Fundação da Câmara Brasileira do Livro (CBL) – entidade independente, sem fins lucrativos	1946 aos dias atuais	Promover a indústria e o comércio do livro e defender os interesses de seus associados. Desenvolve uma série de atividades e eventos, para difundir a produção editorial brasileira e promove cursos de treinamento e atualização para professores, bibliotecários e pesquisadores da área. Influi nas políticas públicas de fomento à leitura e no aumento da eficiência e na capacitação tecnológica do setor.	Editores, livreiros, distribuidores, profissionais de venda direta professores, bibliotecários e pesquisadores da área.	Editores, livreiros, distribuidores, profissionais de venda direta. Os associados, que representam os diversos setores da indústria do livro.
---	----------------------	--	---	---

Fonte: <http://www.leituracritica.com.br/rev10/pdf/02-artigoesmeria.pdf>

A partir do quadro acima, podemos perceber que desde a década de 1968, várias instituições vêm desenvolvendo projetos ou ações que são desenvolvidas no intuito de incentivar tanto a leitura infantil como capacitar os profissionais, professores e bibliotecários envolvidos no processo ensino/aprendizagem, visando melhoria para todos. É notório também, que o público-alvo destas ações privilegia o bibliotecário, como intermediário da prática leitora. Neste sentido, dialogando com Favaro (2009, p. 39):

[...] se a função social da leitura e da escrita não tem sido promovida com eficiência pela escola, é preciso buscar alternativas para desenvolvê-la. Considerando-se o processo de constituição do sujeito leitor pela e na linguagem, uma concepção de ensino e aprendizagem mais próxima de solucionar estes problemas, certamente, perpassa o jogo dialógico das relações sociais.

Essas ações que são pontuais precisam ser democratizadas para todos e a partir delas se poder pensar estratégias e planejar ações nas escolas, entendendo a leitura, como aponta Fávaro (2009, p. 39) como um “jogo dialógico das relações sociais” que perpassa ao longo da vida se constituindo em prática e experiência e, por conseguinte em construção de conhecimento.

5.2 PROGRAMAS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL

No quadro 2 observamos os principais programas do governo federal para o incentivo à leitura no Brasil. Uma observação importante é que a maioria é voltada para o

ensino fundamental e envolve além dos professores, os bibliotecários e pesquisadores de leitura.

Quadro 2 – Programas do Governo Federal para o Incentivo à Leitura no Brasil

NOME	ANO	OBJETIVO	ALVO	ÓRGÃO PROMOTOR	CRITÉRIOS DISTRIBUIÇÃO
PNLD para o Ensino Fund. (PLIDEF) (PNLD)	1971 - 1985	Implantar sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático.	Alunos do Ensino Fundamental	Estado / INL / COLTED Decreto nº 68.728, de 08/6/1971	Escolas públicas brasileiras
	1985 aos dias atuais	Distribuir livros didáticos.	Alunos do Ensino Fundamental	Estado/MEC/INL	Educação pública
PROLER Programa Nacional de Incentivo à Leitura	1992 dias atuais	Estruturar uma rede de programas capaz de consolidar práticas leitoras. Fazer crescer a consciência e a demanda das condições de acesso variado aos bens culturais – leitura e escrita.	Professores, bibliotecários, pesquisadores e interessados na área da leitura.	Estado / MEC/ Fundação Biblioteca Nacional / FNLIJ	Brasil
Programa PRÓ-LEITURA	1992 aos dias atuais	Oferecer formação continuada teórica e prática sobre a leitura.	Interessados na área da leitura.	Estado/ MEC / Fundação Biblioteca Nacional / FNLIJ	Brasil
PNBE- Programa Nacional Biblioteca da Escola	1997 dias atuais	Promover a leitura aos alunos e professores. Apoiar projetos de capacitação e atualização do professor do E. F.	Bibliotecas das escolas públicas de E.F.; portadores de necessidades especiais.	Estado/ MEC / SEDF/ FNDE	1998: 1ª a 8ª séries, com + de 500 alunos; 1999: 1ª a 4ª séries com + de 150 alunos.

Fonte: <http://www.leituracritica.com.br/rev10/pdf/02-artigosmeria.pdf>

Os programas desenvolvidos no âmbito do Governo dão ênfase no que concerne a distribuição de livros didáticos, como verdadeiros mecanismos para a consolidação da leitura nas escolas. Diante do quadro 2 vemos que tanto o público-alvo como os critérios para distribuições destes materiais estão circundados pelas bibliotecas das escolas públicas, as quais muitas vezes apresentam carências no processo ensino-aprendizagem do corpo discente.

5.3 CAMPANHAS DE PROMOÇÃO E INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL

Observamos no quadro 3 as principais campanhas de incentivo à leitura no Brasil, voltadas principalmente para os alunos das escolas públicas.

Quadro 3 – Campanhas de promoção e incentivo à leitura no Brasil

NOME	ANO	OBJETIVO	ALVO	ÓRGÃO PROMOTOR
Campanha “Quem lê viaja”	1997	Promover o livro e a leitura.	Todos os brasileiros.	Estado/ MEC / SEF
Campanha “Tempo de Leitura”	2001	Fazer do Brasil um país de leitores.	8,5 milhões de alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries.	Estado/ MEC/ TV brasileira.

Campanha “Fome do Livro”	2004	Criação de política pública para o livro, a leitura e a biblioteca pública no país (denominação emblemática do populismo do governo).	Crianças, jovens e adultos.	Estado/ MEC/ FBN
Campanha “Viva Leitura” (Ano Iberoamericano da Leitura - concurso)	2005	Estimular e reconhecer as melhores experiências relacionadas à leitura.	21 países da Europa e Américas (Estado dos países ibero-americanos). Escolas, professores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, ONGs, meios de comunicação e empresas privadas.	Estado / MEC/ MinC /UNESCO/ OEI / UNIDME /Fundação Santillana/ Cerlalc.

Fonte: <http://www.leituracritica.com.br/rev10/pdf/02-artigoesmeria.pdf>

O quadro a cima, reflete a importância dada à leitura. Ao se criar a campanha “Viva Leitura”, reunindo diversos países com o mesmo propósito de estimular as práticas leitoras e premiando ações voltadas para o incentivo dessas práticas em diversos segmentos da sociedade, percebemos a clara preocupação com o direcionamento das discussões sobre leitura em vários países do mundo. Essas campanhas reconhecem que a leitura é um fator imprescindível na vida do ser humano, e que o país necessita de leitores capacitados para a transformação da sociedade em que está inserido.

5.4 PROJETOS DE INCENTIVO À LEITURA NO BRASIL

No quadro 4 evidenciamos os principais projetos de leitura no Brasil desenvolvidos pelo Governo Federal, tendo como público alvo as escolas públicas e bibliotecas escolares. Aponta ainda que os projetos objetivam a distribuição de livros de cunho literário e que essas iniciativas acontecem desde 1982.

Quadro 4 – Projetos do Governo Federal Para o incentivo à leitura no Brasil

NOME	ANO	OBJETIVO	ALVO	ÓRGÃO PROMOTOR	CRITÉRIOS DISTRIBUIÇÃO
Ciranda de livros	1982 - 1985	Distribuir livros e Incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	30 mil escolas públicas brasileiras.	FNLJI / F. R. Marinho e Roehst	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes.
Viagem da Leitura	1986 - 1988	Distribuir livros e Incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	Bibliotecas das escolas públicas.	F. R. Marinho, Ripasa- Indústria de papéis (Lei Sarney) INL/MEC	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes - 60 livros.
Sala de Leitura	1988	Distribuir livros e Incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil.	Bibliotecas das escolas públicas brasileiras	Estado/ MEC / FAE	Bibliotecas das escolas públicas mais carentes.

Literatura em Minha Casa	2001 - 2004	Incentivar e valorizar a leitura literária de qualidade. Doar livros de literatura para formar a biblioteca particular do aluno.	8,5 milhões de alunos de E J A, 4ª, 5ª e 8ª.	Estado/MEC/SEF/FNDE/P NBE /FNLIJ	Alunos do 4ª, 5ª e 8ª Anos do Ensino Fundamental (de propriedade particular do aluno)
--------------------------	-------------	--	--	----------------------------------	---

Fonte: <http://www.leituracritica.com.br/rev10/pdf/02-artigosmeria.pdf>

5.5 OUTROS PROGRAMAS E PROJETOS

O Instituto Pró-Livro (IPL) é uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP), mantida com recursos constituídos por contribuições de entidades do mercado editorial, com o objetivo principal de fomentar a leitura e à difusão do livro no país. O IPL é o responsável por pesquisas como Retratos da Leitura no Brasil e projetos como “Mãe, lê pra mim?”⁸.

A ilustração 1 do IPL aponta em todas as regiões do Brasil o índice de leitura. Observamos que as práticas de leitura ocorrem, em sua maioria, entre o público universitário e a camada social de poder aquisitivo mais elevado. O que justifica a deficiência da leitura dentro de uma grande parcela da sociedade. Primeiro que a camada universitária tem a obrigação de manter o nível intelectual a fim de realizar as atividades que são exigidas no âmbito da pesquisa, ensino e extensão, pilares da universidade e do fazer acadêmico. Segundo que na camada social de poder aquisitivo mais elevado, os padrões de vida contribuem para uma visão mais ampla sobre a importância da leitura no sentido de manter seu poder hierárquico.

⁸ <http://www.prolivro.org.br/ipi/publier4.0//>

Ilustração 1 – Onde estão os leitores de livro no Brasil



Fonte: Instituto Pró-Livro.

Como em grande parte existe a exclusão da maioria da sociedade, neste contexto da leitura, advinda da deficiência de diferentes fatores sociais, a criação de programas e ações que visam suprir esta carência vem desenvolvendo soluções que beneficie o público excluído.

O Programa Ler é Preciso de iniciativa do Instituto Ecofuturo, uma ONG que trabalha com a difusão do conhecimento e práticas de construção coletiva de uma estrutura de sustentabilidade, convida crianças, jovens e adultos de todo país a ler, escrever e refletir de forma crítica. O projeto desenvolve ações a partir de projetos que envolvem a biblioteca comunitária, concursos culturais, prêmio de educação e sustentabilidade e evento do dia do livro⁹.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)¹⁰ é um projeto comparativo de avaliação, desenvolvido pela Organização para Cooperação e

⁹ VER: <http://www.ecofuturo.org.br/ler-e-preciso>

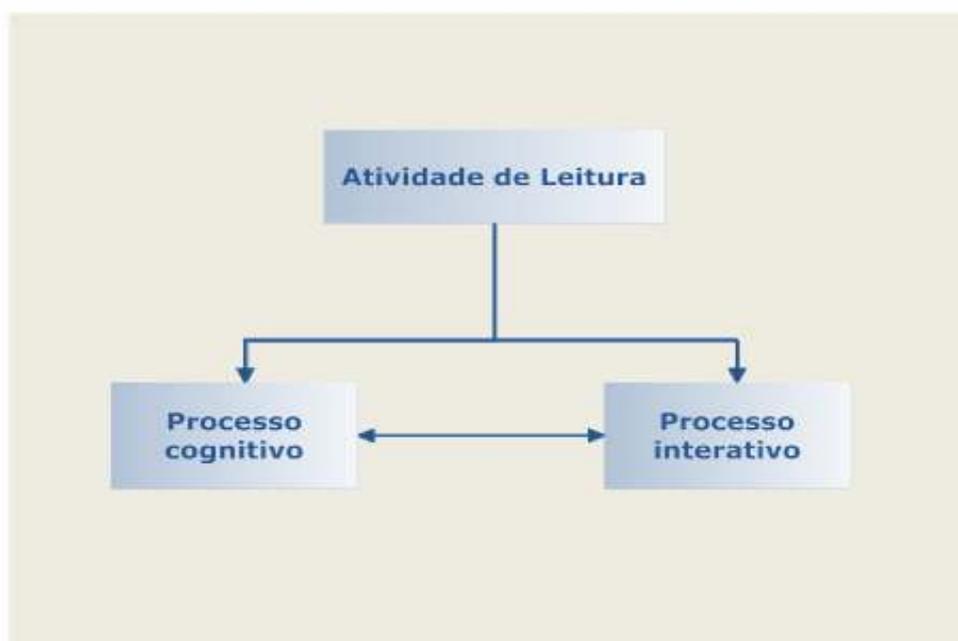
¹⁰ VER: http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foifeito/program_79.php

Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹¹, destinado à avaliação de estudantes de quinze anos de idade, fase em que, na maioria dos países, os jovens terminaram ou estão terminando a escolaridade mínima obrigatória. Essas avaliações são realizadas de três em três anos e abrangem os domínios dos estudantes nas matérias de leitura, matemática e ciências, além de uma ampla apreciação dos conhecimentos, habilidades e competências em diversos contextos sociais.

O PISA funciona baseado na colaboração dos países participantes e é dirigido de maneira conjunta a partir de interesses comuns em uma ação integradora. O objetivo principal é avaliar as competências ou aptidões nas três matérias e comparar internacionalmente.

É importante ressaltar que as habilidades leitoras passam pelos processos cognitivo e interativo e envolve operações de raciocínio e conhecimento prévio, conforme podemos observar na ilustração 2.

Ilustração 2 – Atividade de Leitura



Fonte: INEP/MEC

¹¹ VER: <http://www.oecd.org/>

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) é um conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no país, empreendidos pelo Estado – em âmbito federal, estadual e municipal – e pela sociedade. A prioridade do PNLL é transformar a qualidade da capacidade leitora do Brasil e trazer a leitura para o dia-a-dia do brasileiro¹².

O IPL, durante o ano de 2008, apoiou diferentes eventos e atividades promovidos pelo PNLL, em parceria com o MEC e o MinC. Os principais eventos patrocinados foram: *A leitura e o livro no Plano Estadual e Municipal*, promovido pelo MINC, MEC, PNLL e IPL; O Portal do PNLL para sediar o *Portal Mais Livro Mais Leitura nos Estados e Municípios*; O *Convênio para Execução do PNLL*, por meio de acordo com a CB Le MINC; O *II Simpósio Latino-Americano de Bibliotecas Públicas*, no Rio de Janeiro em dezembro de 2007; A *instalação do estande do PNLL*, na XIV Bienal do Livro do RJ, em setembro de 2009; O *2º Fórum do PNLL e Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias*, promovido pelo MinC, PNLL e pela Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, em agosto de 2008; O *Fórum Literatura na Escola - FLE* organizado pelo MinC, MEC e PNLL, em julho de 2008; A *instalação do estande do PNLL* na 20ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo; e o Pró-livro colaborou também com a *instalação do escritório do PNLL*, doando mobiliários e equipamentos.

Esses programas e em especial os projetos do IPL estabelecem alguns objetivos que deverão ser alcançados a curto, médio e longo prazo, com o objetivo principal de formar leitores, incentivar a implantação e a modernização de bibliotecas em municípios brasileiros, incentivar a leitura a partir da formação de mediadores de leitura, incentivar a indústria editorial brasileira e outros.

¹² VER: <http://www.pnll.gov.br/>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que a escola é o ambiente onde os primeiros passos da leitura são dados, embora a família tenha o papel crucial para o embasamento desta. É no cenário educacional/escolar que as práticas leitoras se efetivam, sendo, portanto, um local de fomento à leitura. À biblioteca escolar cabe dar suporte às ações pedagógicas de leitura e incorporar atividades que visem promover e incentivar às práticas leitoras na escola e fora dela.

Sendo assim, há uma grande necessidade de aprimoramento dessa prática, a qual pode iniciar-se a partir das disciplinas lecionadas pelos professores ou por políticas públicas do governo ou organizações não governamentais, como apresentadas anteriormente ou mesmo por iniciativa da sociedade civil.

Considerando a leitura um direito fundamental do ser humano é importante que pensemos sobre a maneira como essa atividade vem sendo abordada na escola e encarada pelos estudantes, uma vez que a burocratização do ensino tem sido uma realidade que aflige a sociedade. Assim, voltando o olhar para nossa pesquisa, foi observado que a leitura vai além da decodificação de signos, que é entendida como uma atribuição de sentidos, onde cada leitor constrói significados.

Quando não entendida como fator propulsor de aprendizagem, o texto e conseqüentemente a leitura passa a ser para os alunos um modelo a ser copiado de acordo com as regras que restringem a sua “interpretação”, esses recebem apenas informações prontas. O trabalho para a constituição de leitores perpassa o espaço escolar, contribuindo para o resgate da cultura do livro e o reconhecimento de outras práticas de leitura significativas para os alunos.

A leitura é uma absorção de todas as informações recebidas através de um texto em qualquer suporte e o processamento cognitivo de construção de significados para o leitor que o reconduz à leitura. Cada leitor tem sua própria maneira de interpretar a leitura e cada interpretação é única, independente da obra, do meio em que é disseminada ou formato que é registrada. A leitura tem o poder de transformar o

pensamento e mudar um indivíduo em vários aspectos da sua vida. Portanto a leitura é e sempre será o melhor meio de impulsionar o conhecimento.

A aprendizagem da leitura está intimamente relacionada ao processo de formação geral de um indivíduo e à sua capacitação para as práticas sociais, tais como: a atuação política, econômica e cultural, além do convívio em sociedade, seja na família, nas relações de trabalho ou em outros espaços ligados à vida do cidadão.

Com base na literatura abordada, defendemos a existência de órgãos que se preocupam com o desenvolvimento e a prática de ações que visam otimizar e difundir o ato de ler, abrindo espaço à formação de leitores para além da escola e contribuindo para um efetivo avanço sociocultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. (Org.) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.

AMATO, Mirian; GARCIA, Neise Aparecida Rodrigues. A biblioteca na escola. In: GARCIA, Edson Gabriel. **Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Loyola, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. **O ensino da leitura e a leitura no ensino: reflexão sobre as práticas de leitura nos professores de língua portuguesa de escolas da rede municipal de Juazeiro do Norte, CE**. 2008, 72f. Dissertação (Mestrado em Lingüística). João Pessoa, PB, 2008. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

CAMPELLO, Bernadete. **A Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

CERVO, Amado Luiz. et al. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

COLOMER, Teresa. **A formação do leitor literário**. São Paulo: Global, 2003.

CORTINA, Arnaldo; MARCHEZAN, Renata Coelho (Orgs.). Razões e sensibilidades: a semiótica em foco. São Paulo: In: CORTINA, Arnaldo. **Semiótica e Leitura: os leitores de Harry Potter**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

FAVARO, Cintia Milene. **A constituição de sujeitos leitores no ensino fundamental: práticas virtuais e escolares**. Piracicaba, SP, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 48ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elabora projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas – sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

JOUVE, Vincent. **A Leitura**. São Paulo: UNESP, 2002.

KLEIMAN, Ângela. **Leitura: ensino e pesquisa**. 2. ed. Campinas: Pontes, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

MATOS, Josimere da Silva. **A leitura da escola e a leitura na escola: um estudo de caso entre a prática e o Livro Didático**. 2010, 48f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Juazeiro do Norte, CE. 2010. Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, CE, 2010.

NERY, Alfredina. A biblioteca na escola. In: NERY, Alfredina et al. **Biblioteca escolar: estrutura e funcionamento**. São Paulo: Loyola, 1998.

RANGEL, Jurema Nogueira Mendes. **Leitura na escola: espaço para gostar de ler**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. (Org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Era uma vez uma outra história: leitura e interpretação na sala de aula**. São Paulo: DCL, 2006.

SANTOS, Caroline Cassiana Silva dos; SOUZA, Renata Junqueira de. Programas de leitura na biblioteca escolar: a literatura a serviço da formação de leitores. In: SOUZA, Renata

Junqueira de. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação.** Campinas, SP: mercado de Letras, 2009.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil.** São Paulo: Ática, 1998.

YUNES, Eliane. Por uma política nacional de leitura . In: _____. **A formação do leitor: o papel das instituições de formação do professor para a educação fundamental.** Brasília, DF: Moderna, 1994. Caderno de Educação Básica. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_o_bra=27463 Acesso em 8 set. 2012.